



Discurso, Referenciação e Sentido: A Crise Política na Mídia¹

BRENT, Guilherme Rocha²
ASSUNÇÃO, Antônio Luiz³

Resumo

Esse artigo tem como objetivo a discussão quanto às escolhas das categorias para a descrição dos fatos que abordaram a questão da “crise política” em editoriais do Jornal Folha de São Paulo no ano de 2005. Nosso estudo é realizado da perspectiva teórica que tem como objeto o discurso dentro de uma concepção sócio-construtivista do fenômeno referencial, de acordo com a qual os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas, sociais e culturalmente partilhadas, as versões públicas do mundo. Buscando uma aproximação funcional que vá mais além dos limites da frase e mais além da ação e da interação e que tente explicar o uso da linguagem e do discurso, tomamos como quadro teórico as concepções teórico-metodológicas da Análise Crítica do Discurso (ACD) relacionado-a com a Teoria da Referenciação.

Palavras-chave

Crise Política; Mídia; Objetos-de-discurso e Referenciação

Introdução

O turbilhão provocado pelas denúncias de corrupção à qual o governo Lula se enveredou, além de ampliar as proporções de fracasso político, colocou o governo em uma crise de enormes proporções e expôs, sem disfarces a dilatação ética e o descompromisso moral daqueles para quem a sociedade depositou a confiança de conduzir e zelar pelo país. As fartas evidências de distribuição de verbas a legendas e parlamentares comandada por setores do Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo empresário Marcos Valério denominada de “mensalão” foi palco de várias discussões na mídia. Atentando para esse fato, dispusemos nessa pesquisa a discutir como as escolhas das categorias para a descrição desses fatos abordam essa questão de “crise

¹ Trabalho apresentado ao GT Práticas Sociais de Comunicação, do XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste.

² Acadêmico do 7º período do Curso de Letras da Universidade Federal de São João Del Rei e bolsista de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG desde o ano de 2006. Desenvolveu o projeto intitulado Processos Ideológicos de Representação: o sentido da crise política na mídia. Integrante do grupo de pesquisa em Cultura, Representação e Discurso. Desenvolve atualmente o projeto intitulado "Gêneros textuais em diálogo: a negociação do sentido nas Cartas de Leitores e reportagens da mídia impressa." brent@letras.ufsj.edu.br

³ Professor adjunto do Departamento de Letras, Artes e Cultura da Universidade Federal de São João Del Rei. Mestrado e Doutorado em Lingüística pela UFMG. Coordenador do programa de mestrado em Letras PROMEL. Líder do grupo de pesquisa em Cultura, Representação e Discurso vinculado à plataforma CNPq. Orientador do bolsista. aassuncao@mgconecta.com.br



política” e como essa crise é construída em editoriais do Jornal Folha de São Paulo no ano de 2005.

Nosso estudo é realizado da perspectiva teórica que tem como objeto o discurso, dentro de uma concepção sócio-construtivista do fenômeno referencial, de acordo com a qual os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas, sociais e culturalmente partilhadas, as versões públicas do mundo. Nesse sentido, focalizamos como ponto principal nesse estudo, a nominalização - operação discursiva que consiste em referir um processo ou estado previamente significado por uma proposição, por meio de um sintagma nominal (in) definido ou demonstrativo ou ainda de um pronome. Na construção desse objeto, o anafórico sumariza as informações-suporte contidas em segmentos precedentes do texto, encapsulando-as e transformando-as em objetos-de-discurso. A nominalização envolve, assim, um processo de categorização, não sendo raro veicular, dessa forma, avaliações sobre o objeto-de-discurso colocado em jogo, numa clara estratégia argumentativa. A nosso ver, o uso de um determinante (nominalização, anáfora indireta, anáfora associativa, dêitico, rotulações, (re) categorização) depende mais de interesses interacionais do que de restrições semânticas a priori.

Considerações Gerais

Nosso interesse pelo tema nasceu da observação de que os objetos-de-discurso, objetos que são construídos e reconstruídos na interação verbal, sendo, portanto, altamente dinâmicos, eram satisfatórios para explicar como a mídia criou e conduziu o momento político enfrentado pelo governo Lula no ano de 2005. Buscando uma aproximação funcional que vá mais além dos limites da frase, e mais além da ação e da interação e que tende a explicar o uso da linguagem e do discurso, tomamos como quadro teórico as concepções teórico-metodológicas da Análise Crítica do Discurso (ACD) relacionado-a com a Teoria da Referenciação. Para tanto, defendemos aqui que o uso da língua, dos discursos e da comunicação, possui dimensões cognitivas, sociais, políticas e culturais de suma relevância para nosso estudo. Diante desse quadro teórico, é relevante destacar que os discursos da mídia aqui analisados estão inseridos na esfera global, isto é, esses discursos envolvem fundamentalmente o estabelecimento de um espaço de sentidos que restringe o que deve ser dito e conhecido, e que estabelece como



verdadeiros determinados sentidos e conhecimentos em detrimento de outros (Chouliaraki, 2005).

Dessa forma, a realidade mostra que a mídia é atravessada por interesses os mais diversos, freqüentemente difusos e antagônicos. Vários estudiosos têm considerado a mídia como uma forte atuante no exercício do poder, na atuação pública e na manifestação política. O fato é que a mídia está presente tanto nos graves conflitos sociais que atravessam a sociedade quanto em funções específicas do Estado, preenchendo um vazio do exercício do poder. O que caberia à sociedade, mediante várias instituições e organismos, fica restrito à discussão realizada pela mídia, nem sempre plural e nem sempre aberta à maioria da população. Assim, a mídia torna-se um espaço de disputa de sentidos sobre a realidade social.

Na prática social de produção da mídia, o momento discursivo é fundamental. E, para o estudo do discurso da mídia, é de crucial importância a análise da articulação entre o discurso e os outros momentos da prática de produção do texto. Para Fairclough (2001a) a análise da linguagem dos textos da mídia deve focalizar como o mundo e os eventos são representados, isto é, que sentidos são construídos para a situação envolvida – que identidades são construídas; que relações são estabelecidas. Os textos midiáticos, portanto, constituem versões da realidade que dependem de posições sociais, interesses e objetivos daqueles que os produzem. Nessas escolhas, é importante que se leve em consideração as motivações sociais e aspectos ideológicos. Esses textos configuram-se como um tipo de construção ideológica, na medida em que contribuem para a reprodução de relações sociais de dominação, embora também possam operar, em princípio, para a transformação. Segundo Chouliaraki (2005), textos midiáticos envolvem fundamentalmente o estabelecimento de um horizonte de sentidos que delimita o que deve ser dito e conhecido, e que estabelece como verdadeiros determinados sentidos e conhecimentos em detrimento de outros. Os textos midiáticos representam, assim, práticas situadas em contextos políticos e culturais específicos. Antes de avançar, é necessário examinar o conceito de discurso e como ele está sendo abordado nessa pesquisa.



Fundamentação teórica

A Análise Crítica do Discurso (ACD) intenta estudar a linguagem como prática social e, para tal, considera crucial o papel do contexto, com dedicação à análise de textos, eventos discursivos e práticas sociais no contexto sociohistórico, principalmente no contexto das transformações sociais, propondo uma teoria e um método para o estudo do discurso. Esse modelo de análise se interessa pela vinculação que há entre linguagem e poder. A proposta da ACD é a compreensão das práticas sociais na concepção dialética do discurso, abarcando gêneros discursivos e a construção de sentidos nos textos, isto é, ela busca investigar como essas práticas, eventos e textos surgem de relações e lutas de poder, sendo formados ideologicamente por estas, e também busca estudar como a não transparência dessas relações entre discurso e sociedade é ela própria um fator que assegura poder e hegemonia. O ponto da ACD é, portanto, que formas de conhecimento e identidade social são produzidas e transformadas dentro e através de discursos em uma cadeia de práticas sociais.

A ACD teoriza a linguagem como prática (em sua dimensão pragmática) e como representação de práticas (em sua dimensão semântica). Dessa forma, a linguagem nessa dupla capacidade é discurso – o constitutivo poder de significação. Essa visão sistêmico-funcional da linguagem requer três tipos de processos que estão sempre no jogo das práticas semióticas: a construção da realidade, a representação das relações sociais e das identidades e a construção de textos. Para Fairclough (2001b), o uso da linguagem como prática social envolve, em primeiro lugar, que esse uso é um modo de ação e, em segundo lugar, que ele é sempre um modo de ação socialmente e historicamente situado numa relação dialética com outras faces do social (seu “contexto social”). Quanto ao discurso como modo de ação historicamente situado, Fairclough (2001a) explica que as estruturas organizam a produção discursiva nas sociedades e que, cada enunciado novo é uma ação individual sobre tais estruturas, que pode tanto contribuir para a continuidade quanto para a transformação de formas recorrentes de ação. Nesse sentido, Fairclough (2001a: 91) destaca:

Ao usar o termo “discurso”, proponho considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis institucionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação.[...] Segundo, implica uma relação



dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre prática social e estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira.

Para a ACD os textos produzem efeitos sobre as pessoas, e tais efeitos são determinados pela relação dialética entre texto e contexto social. Magalhães (2004) frisa que os textos são elementos dos eventos sociais que se ligam dialeticamente com elementos não-discursivos. Dessa forma, os textos contribuem para definir os sentidos construídos nas práticas sociais. Mas são as práticas que controlam a seleção dessas possibilidades e sua manutenção ou transformação em domínios sociais particulares. É importante frisar aqui que raramente os textos são construídos pelo trabalho apenas de uma pessoa, uma vez que as diferenças discursivas são negociadas nos textos, os quais guardam traços de diferentes discursos e ideologias na luta pelo poder.

A ideologia, para a ACD, é entendida não como uma imagem distorcida do real, uma ilusão, mas como parte do real social, um elemento criativo e constitutivo das nossas vidas enquanto seres sociais (Resende & Ramalho, 2006). A ideologia, dessa forma, refere-se a sistemas de pensamento, de valores e crenças, por exemplo, que simboliza um ponto de vista particular sobre o real, uma construção social da realidade, independentemente de pretenderem ou não à preservação ou à mudança da ordem social. Fairclough (2001a) entende que as ideologias são significações da realidade que são construídas em várias dimensões dos sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, reprodução ou a transformação das relações de dominação.

Para a Teoria da Referenciação, a percepção do mundo, a criação do referente e a própria linguagem são tributários da prática social. A referenciação configura-se, de acordo com Koch e Marcuschi (1998) como uma atividade discursiva, que implica uma visão não referencial da língua e da linguagem, estabelecendo que, no discurso as palavras não espelham o mundo tal como ele é, mas são instáveis e passíveis de construção de novos sentidos a cada vez que são ativadas. Então, os processos de referenciação são atividades interativas e não meramente operações lingüísticas. Nesse paradigma, a língua é dinâmica e as palavras não operam apenas no dicionário. Segundo Koch e Marcuschi (1998:5), essa concepção não significa:

“Negar a existência da realidade extra-mente, nem estabelecer a subjetividade como parâmetro do real. Nosso cérebro não opera como um sistema fotográfico do mundo, nem como um sistema de espelhamento, ou seja, nossa maneira de ver e dizer o real não coincide



com o real. Ele reelabora os dados sensoriais para fins de apreensão e compreensão. Essa reelaboração se dá essencialmente no discurso. Também não se postula uma reelaboração subjetiva, individual: a reelaboração deve obedecer a restrições impostas pelas condições culturais, sociais, históricas e, finalmente, pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua”.

Vemos, dessa forma, a referência, atividade lingüística e sócio-cognitiva, como resultado de uma operação colaborativa entre parceiros da interação, os quais constroem os referentes no e pelo discurso. Acreditamos, assim, que o produtor do texto sempre irá requerer a participação ativa do leitor, pois ele constrói seus enunciados em função da capacidade interpretativa do leitor, o que envolverá o campo do conhecimento comum – conhecimentos lingüísticos, crenças, suposições, etc. Os fundamentos teóricos em que nos pautamos para analisar como a mídia construiu e conduziu o sentido de “crise” ao acontecimento do mensalão, está associado aos seguintes princípios:

Princípio 1 - O processamento do discurso é estratégico, do modo que implica por parte dos interlocutores, a realização de escolhas significativas entre as múltiplas possibilidades que a língua oferece (Koch, 2001);

Princípio 2 – O significado não é independente do uso; o significado não preexiste ao uso; as palavras têm significado na medida em que o falante pode significar algo apenas pelo uso delas (Zamponi, 2003);

Princípio 3 - Os objetos-de-discurso podem ser enriquecidos, alimentados, construídos coletivamente por diferentes locutores – este processo de colaboração interacional pode modificar radicalmente os objetos referidos (Mondada, 2002);

Isso nos possibilita afirmar que a criação da realidade é dependente de uma prática discursiva e que os referentes são objetos-de-discurso e não objetos mundanos. Nota-se, portanto, que para a construção de um referente é necessário levar em conta a dimensão cognitivo-interacional ou a dimensão ideológica. Para tanto, a indicialidade da linguagem e do discurso rompe a ilusão de dar uma descrição única e estável ao mundo e acentua a necessidade da dependência contextual. Dessa forma, as categorias e os objetos-de-discurso pelos quais os sujeitos assimilam o mundo não são nem dados nem pré-existentes, mas são elaborados no processamento textual. As categorias e os objetos-de-discurso são nesse caso, marcados por uma certa instabilidade notável através das operações das práticas discursivas. Assim, as categorias não são decididas a



priori a sua enunciação e sim, os processos de produção de seqüências lexicais fazem emergir objetos enquanto associações circunspectas no tempo da enunciação. Nesse sentido, a produção de linguagem é uma prática tanto de representação, quanto de significação do mundo, além de constituir-se como uma atividade altamente complexa de produção de sentidos. Essa produção de sentidos, não requer um vasto conjunto de saberes por parte do sujeito e sim, a reconstrução desses saberes no momento da interação verbal. Dessa forma, o sujeito constrói o mundo ao curso de suas atividades sociais e o torna possível graças às categorias utilizadas para a descrição desse mundo. Isso implica destacar, que os sentidos são construídos por processos estratégicos que abarcam os atores sociais em um determinado espaço comunicativo, que os torna aptos a acionar conhecimentos diversos na busca do encadeamento referencial adequado.

Dessa forma, a referenciação caracteriza-se por implicar uma visão não transparente da linguagem, estabelecendo uma relação entre as palavras e as coisas, em nossa pesquisa, a relação entre os objetos-de-discurso e o evento “crise política”. Assim, pensar na progressão textual, nos leva a pensar, principalmente, no papel das anáforas, uma vez que esses elementos são de grande importância na manutenção temática do texto. Destaca-se também, que as anáforas são elementos responsáveis por possuírem uma grande carga de informação no interior do texto. Na sua atividade de remeter, o elemento anafórico pode reativar objetos-de-discurso introduzidos anteriormente ou ativar um novo objeto-de-discurso cuja interpretação é dependente de dados introduzidos anteriormente (anáfora indireta).

Estas questões, por mais complexas que pareçam, problematizam várias questões acerca dos estudos sobre cognição. Nota-se, dessa forma, que o processamento de conhecimentos diversos na interpretação das proposições é constantemente reafirmada em estudos diversos acerca dos processos cognitivos, uma vez que, estamos constantemente criando “endereços” ou nódulos cognitivos (Koch, 2004) em nossa memória discursiva. Deve-se considerar que, nesses termos, o processo de referenciação envolve várias estratégias. Por se tratar de formas de introdução (ativação) e reconstrução ou manutenção no modelo textual (reativação), iremos basear nossas análises quanto a uma análise lingüística. Sendo válido destacar que, no jogo de escolhas feitas pelo produtor do texto, entretanto, não implica um acordo explícito e a priori, entre autor e leitor. O que se instala a partir desse ponto, é um jogo de estratégias argumentativas que se apresentam ao leitor na forma de expressões referenciais. A



atividade de referenciação, entretanto, não envolve apenas anáforas, mas também processos dêiticos, nominalizações, enfim, vários elementos lingüísticos responsáveis pelas atividades de descrição dos procedimentos lingüísticos e sócio-cognitivos pelos quais os atores sociais se referem às coisas e às pessoas.

Nominalizações

A estratégia de referir por meio de um sintagma nominal, dando *status* de nome a uma seqüência textual, é um recurso de progressão textual muito usado em nossa língua portuguesa. As descrições nominais são definidas como expressões típicas do processo discursivo de referenciação, admitindo que tais formas têm a função de remeter a “elementos presentes no co-texto ou a partir de outros elementos nele presentes” (Koch, 2004). O estudo sobre as expressões nominais é rico e vasto. Diversos são os caminhos que podem ser seguidos. O nosso caminho direciona-se numa ligação entre processo referencial e objeto-de-discurso, imposto por necessidades cognitivo-interacionais e ideológicas. A maior parte dos estudiosos destacam a estratégia de nominalizar como uma operação discursiva que consiste em referir por meio de um sintagma nominal um processo ou estado significado por meio de uma proposição, que anteriormente não tinha o estatuto de entidade. A nominalização é também encarada como estratégia argumentativa de organização textual e como expressão de polifonia, sendo um processo ligado a uma concepção textual-discursiva. Como destaca Koch (2004:66) as nominalizações se destacam como:

Uma operação discursiva que consiste em referir, por meio de um sintagma nominal, um processo ou estado significado por uma proposição que, anteriormente não tinha o estatuto de entidade. Assim, definida, a nominalização designa um fenômeno geral de transformação de proposições em entidade.

Assim, na análise da nominalização procuramos relacionar os fenômenos de retomada anafórica a enunciados pressupostos na organização interna dos textos, mas não presentes como seqüências formais. Dessa forma, cadeias discursivas que ligam a organização interna dos textos são, muitas vezes, encabeçados por uma expressão nominal que remete a um discurso anterior que, embora nem sempre presente na estrutura intratextual, participa como memória de sua organização. E são esses discursos “externos” que são capazes de explicar tanto as escolhas das expressões nominais



quanto a direção argumentativa que o produtor do texto exprime. Koch (2004) destaca que referir por meio de uma expressão nominal, isto é, nominalizar um evento, instalando-o na posição de um nome com função remissiva, faz desse nome um objeto com um olhar, a partir da perspectiva do produtor do texto, que pretende engajar o leitor em um ponto de vista a respeito de uma verdade pública, já sabida e admitida pelos interlocutores.

O Processo referencial na crise política

- (1) *Muito já se sabe acerca do esquema montado por setores do PT em associação com o operador Marcos Valério com o propósito de arrecadar fundos para subornar parlamentares, “complementar salários” de apaniguados e sustentar o projeto político do partido e do governo. **A vasta movimentação financeira irregular não se limitou aos alegados empréstimos que beneficiaram a legenda – tidos por muitos, aliás, como operações fictícias.** (As origens do dinheiro, Folha de São Paulo, 18/08/05)*

Observamos no texto acima que, mais do que uma ferramenta de progressão referencial, a nominalização é uma estratégia de referenciação e de textualização ancorada na memória discursiva. Assim, a expressão nominal em destaque desempenha a função de rotular a informação anterior, além de configurar-se como objeto-de-discurso pronto para ser construído para um tema específico para os enunciados subsequentes. No que toca à argumentação, compreendida como estratégia do discurso, tomaremos a concepção segundo a qual esta atividade dispõe de marcas formais apontadas para uma dada direção. Entretanto, nosso objetivo aqui é mostrar como a estratégia de nominalização, inserida na superfície textual, estabelece um jogo discursivo em que a expressão nominal configura-se como uma marca de argumentação. Nesse movimento, os efeitos de sentido produzidos se dão segundo uma relação entre descrição nominal e a informação encapsulada. Sob esse prisma, a introdução no texto de descrições nominais permite ao interlocutor extrair do texto informações importantes sobre opiniões, crenças e atitudes do jornal, uma vez que os editoriais são escritos segundo a visão do jornal. A noção de argumentação, dessa forma, não é vista aqui como uma concepção derivada de condições de verdade entre o dito e o mundo, e sim como resultado de um trabalho que envolve língua e historicidade, já que somente considerando os lugares ideológicos históricos e sociais em que se inscreve o evento



político “mensalão”, é que a estratégia de nominalização produz certos sentidos e não outros.

Assim, defendemos que a significação não é algo preexistente à palavra, fora da interação social. Para exemplificar, basta tomarmos o enunciado do texto acima, em que a expressão nominal referencial ‘A vasta movimentação financeira irregular’ só carrega o sentido de corrupção, uma vez que está inserida em uma prática discursiva contextualizada. Dessa forma, enunciar é esquematizar, significar, dar uma orientação argumentativa. Por essa via de reflexão, compreendemos que ao enunciar o texto acima o produtor esquematiza, esboça o acontecimento “mensalão” via topicidade, e ao significar o acontecimento pela forma nominal ‘A vasta movimentação financeira irregular’ observa-se uma orientação argumentativa, uma vez que o emprego da expressão opera a recategorização do objeto-acontecimento “mensalão”. Nesse sentido, Mondada (2002) frisa que a categorização é um problema de decisão de dependência que se coloca para os atores sociais, e como eles o resolvem selecionando uma categoria em vez de outra dentro de um contexto dado. Por outro lado, Mondada (idem: 120), alerta: “A questão não é mais avaliar a adequação de um rótulo “correto”, mas de descrever em detalhes os procedimentos (lingüísticos e sócio-cognitivos) pelos quais os atores sociais se referem uns aos outros”. Dessa forma, a questão se coloca quanto à escolha da expressão nominal destacada no texto acima, tendo em conta o fato daquela escolha interpor-se a valores ideológicos. Isso nos possibilita a idéia que o saber que se aplica à descrição nominal definiu-se pelo que o esquema do mensalão significa na política brasileira segundo a visão do jornal Folha de São Paulo. Assim, o sentido buscado aqui é o de que os acontecimentos transcorridos naquele momento político configuravam-se como uma corrupção generalizada encabeçada por altos escalões do governo Lula. Sentido esse, notável através da força argumentativa da descrição nominal destacada no texto. Percebe-se, enfim, que o processamento do enunciado acima é estratégico: o produtor do texto deixa pistas no texto, orienta sua argumentação, repete, rotula, explica e especifica o conteúdo posto.

- (2) *As movimentações para orquestrar a saída do senador Eduardo Azeredo (MG) da presidência do PSDB vieram com clamoroso atraso. O nome do ex-governador de Minas freqüenta as listas de suspeitos de terem se beneficiado de "empréstimos" de Marcos Valério pelo menos desde julho. (...) É imperioso que as investigações se aprofundem e que Azeredo seja julgado como os demais parlamentares que se beneficiaram de verbas do chamado "valerioduto". (O caso Azeredo, Folha de São Paulo, 2/10/2005)*



Observamos no texto acima que, o produtor do texto introduz um objeto novo no discurso que não foi mencionado anteriormente. A partir daí, a ativação da anáfora indireta “empréstimos” vai ser ancorada em virtude do contexto sócio-cognitivo estabelecido por inferenciação, ou seja, a âncora “valerioduto” será decisiva para a interpretação da anáfora indireta em destaque. Percebe-se, que a quantidade de informação pode ser admitida como um critério de acessibilidade quanto ao objeto-de-discurso, isto é, o produtor do texto não especifica, dá detalhes ou explicações acerca do objeto “empréstimos”, tomando o sentido desse objeto como acessível por parte do leitor. O que acontece no texto acima é que o produtor do texto constrói seus enunciados em função das hipóteses que faz sobre a capacidade interpretativa do leitor, o que envolve um terreno comum – as suposições, as crenças e conhecimentos mútuos. Muitas vezes, por ocasião do processamento textual, há diversas representações e, somente no co(n)texto, fica claro por meio do encadeamento referencial efetuado, qual das representações deve ser selecionada na interpretação, isto é, que sentido devemos dar à uma expressão (objeto-de-discurso). Para Mondada (2002:121):

Os sistemas cognitivos humanos parecem particularmente adaptados à construção de tais categorias flexíveis e úteis a todos os fins práticos, dependentes tanto da multiplicidade de pontos de vista que os sujeitos exercem sobre o mundo do que as restrições impostas pela materialidade do mundo.

Dessa forma, a construção do sentido estaria ligada ao processo cognitivo inferencial que mobiliza conhecimentos dos mais diversos tipos armazenados na memória discursiva do leitor, no caso do exemplo acima, o conhecimento dos fatos que circundavam o esquema do mensalão – quem era a fonte dos recursos para a distribuição do dinheiro aos parlamentares. Assim, pode-se dizer, que as inferências constituem estratégias cognitivas, que constroem novas representações mentais estabelecendo uma ponte entre segmentos textuais (Koch, 2004). Nesses termos, podemos notar que quanto às anáforas indiretas, há a inexistência de uma expressão antecedente explícita para a retomada e sim a presença de uma âncora, isto é, uma expressão ou contexto semântico que é base decisiva para a interpretação da anáfora indireta. Assim, podemos notar que a independência da anáfora em relação aos elementos lingüísticos do texto é uma grande sensibilidade a estruturas da memória discursiva, que são ativadas, construídas, adaptadas e monitoradas em nome dos



interesses do discurso. No caso do texto acima, a anáfora indireta além de configurar-se como estruturante na produção de sentido, exerce uma função extremamente importante na coerência textual. Para que essas questões possam ser mais bem compreendidas, é necessário que pensemos a linguagem como prática social com efeitos constitutivos sobre a sociedade. Esses efeitos, inquestionavelmente, acabam por confirmar e consolidar as instituições que modelam a linguagem. O que se percebe, então, é que a linguagem torna-se um objeto pronto para ser usado para manipular o leitor, visando manter o poder das agências midiáticas.

Considerações Finais

Toda notícia, toda reportagem jornalística, começa pelo ato de nomeação. Primeiro é preciso nomear algo para depois dizer algo a respeito do objeto no mundo assim designado. Dessa forma, nosso principal objetivo foi refletir sobre os objetos de discurso como integrantes na construção do sentido “crise política” enfrentada pelo governo Lula no ano de 2005. Adotamos que a atividade discursiva é ação coletiva ou conjunta, que envolve uma dimensão cognitiva e social; nesse sentido, o ato de referenciação tem uma dimensão construtiva. Assim, se a dimensão semântica tem uma importância relativa para a produção e interpretação desse mecanismo, não menos imprescindíveis são outras dimensões que devem ter papel preponderante na reflexão acerca do objeto: a dimensão discursiva, a dimensão interacional e a dimensão social. Acreditamos aqui que o produtor do texto, quanto ao ato referencial, para evitar incompreensões, procura construir seus objetos-de-discurso levando em conta os conhecimentos lexicais e os modelos mentais supostamente partilhados com o leitor, com objetivo a levar o leitor a compartilhar de seus mesmos conceitos. Nossa intenção não é fechar as questões abertas nessa pesquisa. Se por um lado buscamos soluções no objeto escolhido para pesquisarmos, por outro, encontramos um terreno muito fértil para novas reflexões, a partir de outros postos de observação.

Em termos do processo de categorização, podemos considerar que as categorias selecionadas para designar o objeto-acontecimento “crise política brasileira” foram todas construídas através de processos cognitivos dos sujeitos aplicados ao desenvolver do acontecimento. Pudemos observar dessa forma, que os objetos-de-discurso muitas vezes são tomados como dados, conhecidos pelos participantes (produtor do texto e



leitor) e, a partir daí são facilmente introduzidos e conduzidos no processamento textual. Percebemos que há constantemente uma interligação entre contextos diversos, isto é, uma intercontextualidade. Assim, nossas análises puderam contribuir para que pudéssemos tomar conhecimento que o discurso midiático imprime certas interpretações pelo simples ato de nomear certo acontecimento. Uma vez que nomear é um ato político-ideológico, a ação realizada pela mídia ao designar o acontecimento transcorrido na Câmara dos Deputados por “mensalão”, já instaura uma série de questões. Para Rajagopalan (2003), é no uso político de nomes que consiste o primeiro passo que a mídia dá no sentido de influenciar a opinião pública a favor ou contra acontecimentos noticiados. Assim, através de nossas leituras e análises, notamos que a mídia não se posiciona externamente ao acontecimento político tomado como objeto de pesquisa, e esse posicionamento pode exercer funções responsáveis pela organização dos sentidos produzidos. Esses textos representam materializações discursivas, tendo que as práticas discursivas encontradas nos textos estão obrigatoriamente interligadas a outras práticas. Por fim, a análise discursiva realizada nessa pesquisa sugeriu que, em grande parte, os sentidos veiculados pela mídia têm caráter ideológico, na medida em que tendem a reforçar conhecimentos e valores que contribuíram, de alguma forma, para a construção de uma imagem de caos vivido pelo governo Lula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. Media Discourse and the Public Sphere. **DELTA**, Vol. 21, nº Especial, 2005

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001a

_____. A Análise Crítica do Discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. In: MAGALHÃES, Célia. (org.). *Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001b

KOCH, I. G. V. . A referenciação como atividade cognitivo-discursivo e interatividade. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos* (44). Campinas, São Paulo. Jul/dez 2001.

_____. *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo: Martins Fontes. 2004.

_____ & MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de Referenciação na Produção Discursiva. **DELTA**. Vol. 14, nº Especial, 1998.



MAGALHÃES, C.M. Teoria do Discurso e Texto. **Linguagem em (dis)curso**. Tubarão, v. 4, nº Especial 2004,

_____. Atos de Referenciação na interação face a face. **Caderno de Estudos Lingüísticos**, Campinas (41). Jul/Dez. 2001

MONDADA Lorenza. Construction des objets de Discours et Catégorisation: une Approche des Processus de Référénciation. Tradução Mônica Magalhães Cavalcante. **Revista Letras**. n. 24, v. 1/2 jan/dez 2002

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Editora Parábola, 2003.

RESENDE, V.M e RAMALHO, V. *Análise do Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006

ZAMPONI, Graziela. Processos de referenciação: anáforas indiretas e nominalizações. Tese de doutorado, IEL/ Unicamp, 2003.